

	Quantidade de ações ordinárias
ADM do Brasil Ltda.	92.126
Andorsi Participações Ltda.	102.279
Sartco Ltda.	10.153
Total	204.558

Em julho de 2025, a Bunge concluiu a fusão com a Viterra, formando uma nova Companhia de grande porte no segmento de comercialização e processamento de grãos. A Andorsi Participações, resultante da operação, permanece como detentora das ações do TGPM referentes à participação da joint venture.

b) Reserva de incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da reserva de incentivos fiscais é de R\$58.320 (R\$58.320 em 2024). Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

c) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da reserva legal é de R\$ 9.786 (R\$ 9.786 em 2024). A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada ano, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social ou, opcionalmente quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

11. Receita líquida

A seguir é apresentada a conciliação da receita bruta da Companhia com a receita líquida apresentada:

	2025	2024
Receitas brutas	67.647	201.215
Impostos sobre vendas	(7.434)	(19.725)
Receita líquida	60.212	181.490

12. Custo, despesas e receitas por natureza e função

	2025	2024
Por natureza:		
Depreciação	(33.247)	(32.818)
Benefício a empregados	(26.694)	(24.368)
Despesas portuárias	(36.528)	(20.226)
Manutenções	(11.565)	(18.530)
Despesas administrativas	(26.942)	(17.642)
Outras despesas	(8.608)	(4.498)
	(143.584)	(118.082)

	2025	2024
Por função:		
Custo dos serviços prestados	(133.005)	(108.497)
Despesas gerais e administrativas	(10.579)	(9.584)
	(143.584)	(118.081)

13. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	2025	2024
Despesas com bonificação	-	(4.156)
Outras despesas operacionais	(16.284)	-
Outras receitas operacionais	3.350	706
	(12.934)	(3.450)

14. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Ganho sobre instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	2.503	4.888
Despesa com juros	3.017	2.351
Receita com variação cambial	66.715	82.838
	72.235	90.077
Despesas financeiras		
Perda sobre instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	(9.970)	(3.982)
Despesa com juros	(7.072)	(2.351)
Despesa com variação cambial	(60.088)	(77.684)
Outras despesas financeiras	(190)	(360)
	(77.320)	(84.377)
Resultado financeiro líquido	(5.085)	5.700

15. Cobertura de seguros

A política da Companhia é a de manter cobertura de seguros para todos os bens do imobilizado sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir sinistros, considerando a natureza da sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. Na data base 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía as seguintes apólices: RO (riscos operacionais sobre o Terminal e Inventário), Seguro de Responsabilidade Civil para Diretores e Administradores, Frota de Automóveis, Casco Marítimo para o Terminal Flutuante de Recebimento de Grãos, Responsabilidade Civil do Operador Portuário e Responsabilidade Civil Geral.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo do exame de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

16. Outros assuntos

Reforma tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, criando um modelo de IVA dual composto pela CBS (federal) e pelo IBS (estadual e municipal), além do Imposto Seletivo. Parte relevante da regulamentação foi estabelecida pela Lei Complementar nº 214/2025, que também trouxe diretrizes sobre a governança do IBS e previu a instituição do Comitê Gestor até o final de 2025. A Companhia vem adequando seus processos às normas já publicadas. O novo sistema será implementado gradualmente entre 2026 e 2032, período em que coexistirão o regime atual e o modelo resultante da reforma. Os efeitos finais ainda dependem da conclusão da regulamentação infraconstitucional e de normas complementares pendentes.

Protocolo: 1319997

Latissa Ormay • Thailly Rodrigues (Orgs.)

DEMOCRATIZAR A COMUNICAÇÃO:

TEORIA POLÍTICA, SOCIEDADE CIVIL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Editora Dalcídio Jurandir

GOVERNO DO PARA POR TODO O PARA

[Twitter](#)
[Facebook](#)
[Instagram](#)
 /ioepaoficial
[Instagram](#)
[Facebook](#)
 /@editoradalcidiojurandir